

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo N.º 10.630-000.615/89-97

FCLB

Sessão de 19 de setembro de 1990

ACORDÃO N.º 202-03.671

Recurso n.º 82.923

Recorrente SOCIEDADE COMERCIAL ELDORADO LTDA.

Recorrida DRF EM GOVERNADOR VALADARES - MG.

PIS- Faturamento - Caracteriza da a omissão de receita, ligitima-se a exigência da contribuição ao PIS/FATURAMENTO. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SOCIEDADE COMERCIAL ELDORADO LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausentes os Conselheiros JOÃO PABSTISTA MOREIRA e ADÉRITO GUEDES DA CRUZ.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1990.

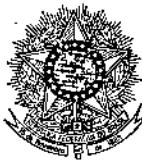
HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - PRESIDENTE

SEBASTIÃO BORGES TAQUARY - RELATOR

JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - PRFN

VISTA EM SESSÃO DE 25 OUT 1991

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, ANTONIO CARLOS DE MORAES, HUMBERTO LACERDA ALVES (Suplente) e OSCAR LUIS DE MORAIS.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo Nº 10.630-000.615/89-97

367
-02-

Recurso Nº: 82.923
Acordão Nº: 202-03.671
Recorrente: SOCIEDADE COMERCIAL ELDORADO LTDA.

R E L A T Ó R I O

À fls. 12, foi o contribuinte, Sociedade Comercial Eldorado Ltda, notificado do lançamento de crédito tributário apurado em decorrência do confronto de valores referentes a receita com revenda de mercadorias e as compras, constantes na declaração de IRPJ, nos exercícios de 1984 à 1986.

Conforme Impugnação, apresentada tempestivamente (fls. 04), alega, em síntese, a recorrente que houve arbitramento de lucro por parte da fiscalização.

Às fls. 41/42, a autoridade julgadora, com base no decidido no processo relativo ao IRPJ, considerou procedente a ação fiscal.

Em recurso tempestivo (fls. 47), a empresa ratifica as razões de defesa apresentadas na impugnação.

O presente processo já foi apreciado por esta Câmara, em sessão de 08.06.90, ocasião em que, por unanimidade de votos, foi julgado convertido em diligência à repartição de origem, para que

fosse anexada aos autos cópia do acórdão do 1º Conselho de Contribuintes.

Em atendimento ao solicitado, foi juntada a cópia do Acórdão nº 101-79.642, de 15 de janeiro de 1990, da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, que, como se vê, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso.

É o relatório.

-segue-

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

Creio não haver muito a examinar no presente caso. A sorte deste processo estava, desde o início, vinculada ao que se decidisse no processo relativo ao IRPJ, tendo em vista a relação de causa e efeito criada entre ambas, eis que apoiados no mesmo supor-te fático.

E naquele, como se pode ver no bem fundamentado voto condutor do Acórdão respectivo, nenhuma razão lhe foi reconhecida, ficando perfeitamente evidenciada a acorrência de omissão de receita caracterizada pela existência de saldo credor de caixa. E sobre tal receita omitida há que incidir a contribuição ao PIS/FATURAMENTO, na forma da legislação de regência.

Assim sendo, adotando, ainda, como razões de decidir, os fundamentos constantes do voto que compõe o Acórdão nº 103-08.670, juntado cópia às fls. 57/63, voto por que se negue provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1990.



SEBASTIÃO BORGES TAQUARY